

Carta de Niterói

O 6º Encontro de Negros, Negras e Cotistas da União Nacional dos Estudantes (ENUNE) e o II Encontro de Cientistas Negros da Associação Nacional de Pós-Graduandos, realizados em Niterói – RJ, entre 19 e 21 de abril, foi um reflexo da diversidade da juventude negra. Com o mote *Meu Quilombo, Meu Lugar: nas ruas, nas periferias e nas universidades*, esse espaço discutiu a luta antirracista nas Instituições de Ensino Superior (IES), revelando os desafios impostos pelo contexto político nacional na luta em defesa das cotas raciais, que atualmente encontram-se em xeque, face ao projeto de lei (1443/2019) apresentado pelo PSL, que prevê a revogação da Lei 12.711/2012, a Lei de Cotas.

Pela primeira vez fora de Salvador, o ENUNE vem para o segundo estado mais negro do Brasil, o Rio de Janeiro. Estado esse que também figura como um dos mais violentos, tendo uma das maiores taxas de letalidade da população negra. A execução da vereadora Marielle Franco (PSOL) e seu motorista, Anderson, sob a intervenção militar, ainda é uma ferida aberta, pois, revela o incômodo que as mulheres negras causam ao ocupar espaços de institucionalidade, desafiando estruturas tradicionalmente racistas e denunciando a atuação dos grupos de extermínio nas periferias do RJ. Os oitenta tiros desferidos pelo Exército nacional contra o músico Evaldo Rosa, sua família e o catador Luciano Macedo, faz parte de um projeto político de segurança pública que visa exterminar vidas negras, pobres e faveladas. Os 111 tiros contra os jovens negros de Costa Barros; a chacina do Cabula; a morte de Joel; entre tantos outros casos de violência contra as nossas vidas são episódios que jamais deveriam ter ocorrido e seguem sem respostas das instituições políticas e do sistema de justiça.

Esses episódios devem ser lembrados, para que nunca mais aconteçam! O genocídio da população negra e indígena no Brasil, em um contexto onde há militarização da segurança pública, é o mais grave problema nacional. O nosso país só desfrutará de uma *democracia de fato* quando ele garantir o direito de viver. É nesse sentido que o ENUNE cobra às organizações estudantis, como a UNE, a incorporar essa luta como uma das suas principais bandeiras. Afinal, não haverá mais estudantes negros e indígenas sem que estejamos vivos!

No contexto educacional, por outro lado, o Rio de Janeiro foi palco de importantes conquistas. A primeira IES a adotar cotas raciais nos processos seletivos para o ingresso

foi a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), em 2003. Essa aprovação inicia o processo de adoção das políticas educacionais afirmativas no Brasil, sendo implementadas por grandes IES, como a UnB, UFBA, UNEB e, mais recentemente, a UNICAMP, em 2018. Fruto da articulação do Movimento Negro, em 2012 foi instituída a ‘Lei de Cotas’. A partir de 2015, passamos a ter a implementação do sistema de cotas também nos programas de pós graduação. É importante ressaltar que as estudantes oriundas das políticas afirmativas trazem novas perspectivas para as universidades, tendo excelentes desempenhos acadêmicos, contrariando a retórica anticotas. As Universidades não são uma propriedade da elite branca. Elas são públicas, e como públicas devem abarcar os diversos grupos que compõem a nossa nação.

No mundo todo acompanhamos o avanço da extrema direita como resposta para mais uma crise do capital financeiro. Vimos isso com a vitória de Donald Trump nos Estados Unidos, do Brexit no Reino Unido, a destituição de Fernando Lugo no Paraguai, a eleição de Macri na Argentina, a diminuição da representação feminina na Câmara dos Deputados da Nigéria e a volta dos movimentos nazifascistas na Alemanha e Itália. Esse avanço também fica evidente com a ingerência do imperialismo norte americano sobre a soberania da Venezuela, que retira o direito de autodeterminação do povo venezuelano, num forte avanço a destruição das nações, principalmente, na América Latina. Não seria diferente no Brasil. A vitória do projeto político do Bolsonaro é parte de um plano conservador pautado em ideologias racistas, machistas, xenófobas e lgbtfóbicas.

O contexto político nacional encontra-se fortemente instável. De 2013 até então, observamos o crescimento de uma onda de extrema direita e neoliberal, que culminou com o golpe de 2016 contra a primeira mulher presidenta na história do Brasil – Dilma Rousseff (PT) –; e com a eleição de Bolsonaro (PSL). O ultraneoliberalismo sela um acordo com a extrema direita, que prende Lula injustamente, com o objetivo de acabar com a democracia, questionando as cotas raciais nas IES e nos concursos públicos; os direitos das mulheres; da comunidade LGBTT; dentre outros.

Após pouco mais de 100 dias do Governo Bolsonaro, não há dúvidas que ele é inimigo da população negra, flexibilizando as regras para obtenção do porte de armas e o suposto “pacote anticrime” de Sergio Moro. Esse pacote poderá colocar a “forte emoção” como justificativa para a reação desproporcional do policial culminando em execuções e permitindo que os policiais não sejam responsabilizados por esses crimes, demonstrando que, para esse governo, as vidas negras não importam. Em contrapartida, defendemos a

desmilitarização das polícias (PEC 51/2013), melhores condições de trabalho, treinamento e investimento em políticas de prevenção e não de confronto.

A chamada “Lava-Jato da educação”, proposta do governo para supostamente investigar problemas nas bolsas do Prouni e do Fies, não pode servir de escudo para acabar com programas e políticas que foram conquistados.

A retirada de direitos e a privatização é marca central desse governo, que subordinado aos interesses do capital financeiro, negocia nossa previdência com uma reforma que autoriza a capitalização individual, liberando verbas para a especulação financeira e aumentando o tempo de contribuição – idade mínima –, nos fazendo trabalhar até morrer. Além disso, flexibiliza direitos trabalhistas – carteira verde e amarela que coloca a juventude sem escolha, tendo que trabalhar sem direitos básicos mínimos. Hoje no Brasil, 63% da juventude desempregada é negra, diretamente afetada pela reforma trabalhista e, quando empregada, está no mercado informal de trabalho. Todos esses ataques encontram resistência dos trabalhadores e das juventudes, como vimos no dia 22 de abril, onde a sociedade se rebelou contra a reforma da previdência.

Esse mesmo governo ataca os indígenas e quilombolas quando entrega aos ruralistas as demarcações de suas terras, congelando o processo de Reforma Agrária, além de acabar com importantes políticas participativas, apresentando, recentemente, o Decreto 9.759, que busca diminuir de 700 para menos de 50 a quantidade de Conselhos.

Assim como todas as formas de erradicação da existência preta, a cultura negra segue em fluxo de criminalização e apagamento do cenário nacional. Há um projeto pungente de descaracterizar e extinguir historicamente toda a contribuição que consiste em luta, mas também de composição da cultura de um povo vivendo em diáspora. Fincar a cultura como um elemento central do que somos, do que queremos e do que podemos ser. É um epistemicídio em curso operando das mais variadas formas e sistemas.

Contando com a sua primeira edição em 2007, os ENUNEs cada vez mais crescem em termos de mobilização e influência política na UNE. Eles são espaços de articulação e síntese entre vários estudantes negros, absorvendo as formas de ação coletiva empregadas pelos Movimentos Negros, como a auto-organização. O 6º ENUNE reafirma a importância das cotas na democratização das universidades públicas, contra os retrocessos anunciados pelo atual governo e em defesa de uma verdadeira democracia para o nosso povo, garantindo o direito à vida da população preta.

Nesse sentido, propomos à UNE e a ANPG, a criação de mecanismos de maior comunicação e interação dos coletivos negros, em Universidades públicas e privadas, com o objetivo de construir agendas de luta em defesa das pautas dos estudantes negros e cotistas. Assim, convocamos os estudantes a construir uma campanha nacional em defesa das cotas e das políticas de permanência estudantil. E também nos somamos aos chamados em defesa da previdência. Todos e todas às ruas no dia 1º de maio e na Greve Nacional da educação em 15 de maio.

Os desafios conjunturais são grandes, e apenas com organização e luta conquistaremos a democratização dos espaços de poder, como as universidades e a política. Bolsonaro não acabará com os sonhos de gerações. Continuaremos existindo e resistindo nas universidades! Afinal, a **UNIVERSIDADE É O NOSSO QUILOMBO!**

Cotas sim!

Pelo direito à vida da população negra!

Por mais democracia participativa!

Não à reforma da previdência!

Lula livre!

DJ Rennan da Penha livre!

Anderson vive! Marielle vive!

Rio de Janeiro, Niterói, Universidade Federal Fluminense (UFF), 19 de abril de
2019.